
Tendências do Regime de Acumulação Integral na Hodiernidade

Nildo Viana

A análise da história do capitalismo é dificultada por sua complexidade e pelas lentes que os historiadores, economistas, sociólogos e outros cientistas sociais usam para analisá-la. Alguns pensam o capitalismo apenas em sua essência, deixando de lado sua historicidade. Outros, por sua vez, analisam seu desenvolvimento de forma descritiva ou superficial. Porém, muitos autores, de várias áreas, buscaram efetivar uma periodização da história do capitalismo, o que aponta para uma tentativa de entender sua dinâmica e fases (Viana, 2009). Numa perspectiva dialética, é fundamental entender a historicidade do capitalismo, o que significa enxergar a permanência e a mudança. O reconhecimento das mutações do capitalismo, que pode ser realizada através de uma periodização, é fundamental para compreender a sua dinâmica, bem como para entender sua contemporaneidade e suas tendências. A concepção mais adequada para explicar esse processo é a teoria dos regimes de acumulação.

O nosso objetivo, porém, é analisar a atual fase do capitalismo em seus desdobramentos mais recentes. O capitalismo contemporâneo é comandado pelo regime de acumulação integral e o nosso objetivo é analisar sua hodiernidade¹, marcado pela desestabilização e tendência para a crise. Os regimes de acumulação buscam solucionar os problemas da acumulação capitalista de sua época, mas eles também possuem uma historicidade e se esgotam. Então torna-se importante entender esse processo e, através desse entendimento, compreender a situação atual do regime de acumulação integral e suas tendências. Para tanto, realizaremos uma breve discussão sobre a questão da historicidade e do ciclo de dissolução dos regimes de acumulação e sobre a questão da

¹ Geralmente se toma “hodierno” como sinônimo de “moderno” e “contemporâneo”, mas aqui esses termos possuem significados diferentes. Modernidade se refere ao capitalismo; contemporaneidade ao regime de acumulação atual; hodiernidade, por sua vez, expressa o momento presente.

crise. Num segundo momento, abordaremos o regime de acumulação integral em seu ciclo de dissolução e, por fim, analisaremos sua situação atual e tendências.

Regimes de Acumulação: Ciclo de Dissolução e Crise

O trabalho teórico se movimenta através de uso de conceitos. Estes não são palavras comuns e sim termos complexos que constituem uma totalidade chamada teoria. A linguagem cotidiana é de mais fácil compreensão e através do uso do dicionário do idioma em que é usada, aponta para significados mais simples, diretos, e cuja compreensão, muitas vezes, é facilitada pela utilização de um sinônimo, uma palavra cujo significado é conhecido e é o mesmo da palavra menos conhecida. Inclusive, na frase anterior, trocamos “uso”, para evitar repetição, por “utilização”, um sinônimo, pois as palavras são diferentes, mas o significado é o mesmo.

A linguagem noosférica² é complexa e diferente da cotidiana. Ela engloba desde os tecnoterms³, passando pelo construtos e conceitos, até chegar às categorias do pensamento. Assim, num dicionário da linguagem cotidiana é possível usar apenas uma palavra equivalente, um sinônimo, mas em linguagem noosférica isso é impossível, já que não existem sinônimos nesse âmbito. É por isso que nos dicionários de sociologia, filosofia, psicanálise, entre outras áreas, as definições apresentadas são geralmente longas (dependendo do dicionário, vai de um parágrafo até diversas páginas). Aqui nos interessa os conceitos, mais especificamente. Estes são complexos e remetem a outros conceitos, formando uma teoria (um universo conceitual).

² A noosfera é a parte da cultura composta pelo saber complexo, erudito, especializado (Viana, 2019a).

³ Os tecnoterms são a terminologia especializada dos saberes técnicos. A ausência desse termo (na linguagem cotidiana e no discurso científico) por si só mostra a dificuldade existente em entender certos fenômenos. A falta de um conceito mostra a insciência a respeito do fenômeno que ele expressa. Geralmente se usa a expressão “termos técnicos” e esses são, de forma quase generalizada, confundidos com “conceitos”, assim como se confunde esses com “categorias” e “definições”. Os tecnoterms não possuem a complexidade dos conceitos, pois são termos especializados que não possuem a mesma articulação e desdobramento que estes. Assim, o conceito de “liberdade” pode render um livro de 500 páginas se seu autor for tratar das principais definições filosóficas e científicas já produzidas, com toda a sua complexidade. Já o termo (não o fenômeno) de aeremia não poderia ter tal extensão, pois a sua definição pode ser realizada com o emprego de 5 palavras (“presença de ar no sangue”) e se um livro fosse escrito sobre a palavra ao invés do fenômeno que ela expressa, poderia trazer sua etimologia, sua criação, mas não seria algo tão extenso. Os tecnoterms possuem glossários que podem ser encontrados em obras de cada área do saber, tal como no caso do turismo (Falcão, 2016) e da meteorologia (Nery; Carfan, 2013). Sobre a diferença entre categorias e conceitos, cf. Viana (2007).

Essas observações sobre linguagem objetiva justificam a necessidade de esclarecer os termos que aqui trabalhados para uma maior acessibilidade daqueles que ainda não dominam o campo lexical que será utilizado no decorrer de nossa análise, embora seja repetitivo para o autor do texto e alguns dos seus possíveis leitores. Porém, é preciso entender o que é regime de acumulação, regime de acumulação integral, entre outros termos, para uma melhor e mais rápida compreensão da concepção que desenvolveremos. Por serem conceitos que foram desenvolvidos em outras obras, seremos breves e esquemáticos na apresentação de alguns deles.

O conceito de regime de acumulação é fundamental. O termo foi usado com outros significados por outros autores (Lipietz, 1988; Lipietz, 1991; Harvey, 1992; Benakouche, 1980). Aqui, regime de acumulação significa uma determinada fase do capitalismo marcada por uma determinada forma assumida pelo processo de valorização (extração de mais-valor), pelo aparato estatal e pela exploração internacional. Esses elementos requerem explicação, o que pode ser visto em outras obras (Viana, 2009; Viana, 2015; Almeida, 2020).

Os regimes de acumulação são formas assumidas pelo modo de produção capitalista em articulação direta com as formas de regularização das relações sociais (“superestrutura”), especialmente o aparato estatal, que é um elemento do regime de acumulação. O Estado é um derivado do modo de produção capitalista e atua diretamente sobre ele objetivando garantir sua reprodução⁴, interferindo no processo de valorização e nas relações internacionais⁵. Essas fases do capitalismo mostram a historicidade do modo de produção capitalista, pois ele altera suas formas, mas mantém sua essência.

A grosso modo, podemos periodizar a história do capitalismo pela sucessão de regimes de acumulação da seguinte forma: regime de acumulação extensivo (época da revolução industrial), regime de acumulação intensivo (entre 1850 e 1945, aproximadamente), regime de acumulação conjugado (de 1945 a 1980,

⁴ A este respeito é possível consultar as contribuições da escola derivacionista (Salama; Mathias, 1983; Hirsch, 1990), bem como outras obras que tratam da concepção marxista do Estado (Viana, 2015; Almeida, 2020).

⁵ As relações internacionais ganham importância por serem formas de articulações do modo de produção capitalista em suas manifestações nacionais e inter-relações, bem como entre os respectivos aparatos de cada Estado-Nação, como destaque para o processo de exploração internacional. As formas do processo de valorização, por sua vez, expressam os elementos fundamentais que permitem a reprodução do capital.

aproximadamente), regime de acumulação integral (de 1980 até os dias atuais). Tais regimes de acumulação existiram nos países capitalistas imperialistas, sendo que no capitalismo subordinado assumiram formas imitativas, embora subordinadas, e não exatamente nessa sequência⁶. Além disso, existiram alguns regimes de acumulação de “exceção”, que foram o bélico e o estatal, sendo o primeiro de curta duração e vigente em alguns poucos países (fundamentalmente Alemanha durante o nazismo e a Itália durante o fascismo) e o segundo existente na antiga União Soviética e demais países que viveram sob o capitalismo de Estado (“socialismo real”).

O mais importante para nossa discussão é ir além da percepção da historicidade do modo de produção capitalista e entender o processo histórico no interior dos próprios regimes de acumulação, para, desta forma, entender a dinâmica e ciclo de dissolução do atual regime de acumulação. Assim como o modo de produção capitalista mantém sua essência e muda formalmente, cada regime de acumulação pode manter seu conteúdo e mudar apenas formalmente. E, da mesma forma que o modo de produção capitalista, os regimes de acumulação são provisórios, não são eternos.

A historicidade dos regimes de acumulação pode ser percebida através da ideia dos ciclos dos regimes de acumulação. Todo regime de acumulação possui três ciclos: o de constituição, o de consolidação e o de dissolução (Viana, 2016). Esses ciclos se sucedem temporalmente e, após o ciclo de formação, há o período de consolidação que, depois de um algum tempo, é substituído pelo processo de dissolução (Viana, 2016) que gera sua crise final e substituição por um novo regime de acumulação. Isso varia de acordo com o regime de acumulação, em seu processo histórico concreto, e sua diferenciação é ainda maior no caso dos regimes de acumulação de exceção (o bélico e o estatal).

O ciclo de constituição de um regime de acumulação é marcado pela transição do regime de acumulação anterior para o posterior até concluir sua formação e propiciar sua ascensão (tornando-se predominante, inicialmente num país ou conjunto de países do

⁶ No Brasil, por exemplo, não existiu regime de acumulação intensivo, já que quando esse existia na Europa e EUA, aqui se desenvolvia um regime de acumulação extensivo, que é substituído pelo regime de acumulação conjugado e, posteriormente, pelo regime de acumulação integral. Outro elemento a destacar é que são regimes de acumulação subordinados, uma versão diferenciada da existente nos países imperialistas (Viana, 2019b).

capitalismo imperialista) e expansão (de um conjunto de países para outros). O ciclo de consolidação é aquele no qual o novo regime de acumulação se fortalece e estabiliza, tornando-se predominante nos países imperialistas. Assim, ele garante sua supremacia no conjunto da sociedade, impondo sua hegemonia cultural (Viana, 2019a). Uma vez que ele se consolida, ele conquista estabilidade e torna-se, aparentemente, indestrutível e sem alternativas (as ideologias que ele gera reforçam essa aparência). O fortalecimento e estabilização podem se desenvolver ao mesmo tempo ou o primeiro pode se antecipar e ser seguido pela estabilidade posteriormente.

Logo a seguir vem o ciclo de dissolução, que é o momento em que as ilusões sobre sua eternidade, superioridade, insuperabilidade, começam a sofrer seus primeiros sinais de desgaste. O ciclo de dissolução é marcado pelo enfraquecimento, desestabilização, crise inicial, reconfiguração parcial e crise final, embora seja possível não ocorrer nessa ordem e que a desestabilização e reconfiguração parcial ocorra mais de uma vez, dependendo do regime de acumulação e processo histórico concreto. É possível, num plano hipotético, que ocorra apenas enfraquecimento, desestabilização e crise final, bem como, ainda hipoteticamente, que após o enfraquecimento haja desestabilização, reconfiguração parcial, nova desestabilização e nova reconfiguração, crise inicial, mais uma desestabilização e crise final. A quantidade de momentos de desestabilização não é algo que se pode prever, embora a tendência é que não ocorra muitas vezes, pois a cada desestabilização se aumenta o desgaste geral e a dinâmica do modo de produção capitalista (que abordaremos adiante) tendem a agravar seus problemas nesse contexto, bem como a sua capacidade de reconfiguração é limitada.

O subciclo de enfraquecimento começa quando emergem processos que anunciam dificuldades, como lutas sociais mais fortes, fortalecimento de oposições, críticas que se tornam cada vez mais fortes e constantes, etc. O subciclo de desestabilização é caracterizado pela perda de estabilidade financeira, política, institucional, as lutas sociais se tornam mais fortes e constantes, as crises financeiras e institucionais começam a surgir, entre outros processos. O subciclo da crise inicial, quando ocorre (pois é possível já se passar direto para uma crise final, dependendo do regime de acumulação e contexto histórico), se caracteriza por ser um momento em que emerge uma dificuldade radical de se reproduzir, convivendo por constantes crises internas, lutas radicalizadas,

enfraquecimento do paradigma hegemônico e ideologias correspondentes. É possível que da crise inicial se passe para uma crise final, mas também é possível haver uma tentativa de reconfiguração parcial que tente resolver alguns problemas e impedir sua dissolução imediata. Porém, após essa reconfiguração parcial, o mais provável é a passagem para a crise, ou seja, quando a dificuldade radical emerge com força irresistível e força a passagem para um novo regime de acumulação ou então uma revolução social⁷.

Esse é um ciclo mais complexo e a abordagem aqui ocorreu num nível de abstração mais elevado. O caso concreto do regime de acumulação conjugado pode ajudar a compreender esse processo. O ciclo de constituição desse regime de acumulação se inicia após as crises do regime de acumulação intensivo (as tentativas de revolução dos anos 1910, a Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929, a ascensão do nazifascismo, etc.). O Estado Liberal-Democrático entra em crise, sendo fustigado por vários lados: o estatismo nazifascista e social-democrata e bolchevista, por um lado, e a luta autogestionária na Rússia, Alemanha, Espanha, por outro.

A crise financeira, os conflitos interimperialistas, a ameaça de revolução proletária, entre outros processos, exigiam uma maior presença estatal. A crise de 1929 nos Estados Unidos gerou o New Deal, gestado pelo governo Roosevelt, a partir de 1933, e o seu foco era um maior intervencionismo estatal, significando uma reconfiguração parcial do regime de acumulação intensivo nesse país e já antecipando elementos do seu sucessor. Nessa perspectiva intervencionista, Keynes (1985) publicava sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936. O estatismo presente no nazifascismo e no bolchevismo também apontavam para a suposta superioridade do intervencionismo estatal. Em alguns países (Alemanha e Itália), a opção estatista decretou o fim do regime de acumulação intensivo. O capitalismo estatal russo (dito “socialismo real”), não atingido diretamente por esta crise, e sua industrialização acelerada, era outro caso dava impressão de superioridade do intervencionismo estatal. Nesse processo, houve a gestação dos elementos que vão se tornar predominantes no futuro regime de acumulação.

⁷ “O ciclo de dissolução pode iniciar com uma crise inicial brusca e inesperada, o regime de acumulação pode realizar uma reconfiguração parcial e em seguida ocorrer nova crise, e esse processo pode se repetir antes de uma crise final. Esse processo e seu desenvolvimento dependem da luta de classes, sua determinação fundamental, e também de outros processos sociais ligados à dinâmica da acumulação capitalista e suas condições de reprodução” (VIANA, 2016, p. 36).

O procedimento acima foi mais descritivo do que explicativo. Seria necessário explicar as determinações da desestabilização e crise do regime de acumulação intensivo e sua passagem para o conjugado (e, na sequência histórica, a passagem para o regime de acumulação posterior e atual, o integral). Contudo, por questão de espaço e objetivos, nos limitaremos a essa exemplificação mais descritiva para entender os ciclos dos regime de acumulação.

Aqui se torna importante uma discussão conceitual sobre o significado do termo “crise”. Esse termo pode ser entendido como uma categoria do pensamento e como um conceito. Enquanto categoria do pensamento, é um termo abstrato que pode ser empregado para explicar milhares de fenômenos distintos: a “crise existencial” de um indivíduo, a “crise financeira”, a “crise política”, “crise convulsiva”, exemplificam isso. O conceito, por sua vez, exige algo concreto, ser crise de algo, para ganhar existência conceitual.

A não distinção entre crise como categoria e como conceito é comum e um dos principais problemas ao seu respeito. Assim, é enganoso considerar que a “crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”, segundo a célebre afirmação de Gramsci (1988, p. 106), que se tornou chavão para muitos. Além de não ter um caráter explicativo, tal concepção é demasiadamente abstrata e ao mesmo tempo incapaz de explicar fenômenos concretos, a não ser que se limite a ser uma definição de “crise de uma sociedade ou modo de produção”. Nesse último caso, se dissocia crise e revolução, pois se esta ocorre, o novo emerge, logo, nessa definição, não houve crise⁸. Por conseguinte, é uma concepção demasiadamente problemática em vários sentidos.

Da mesma forma, não é possível considerar “crise” como dificuldades de reprodução, como em Habermas (1980), ou como “conjunto de falhas nas relações econômicas e políticas da reprodução capitalista” (Shaikh, 1983), pois, além de não se tratar da categoria de crise (e essa confusão aparece nos autores) e ser na verdade uma

⁸ Sem dúvida, a formulação de Gramsci tem a ver com a experiência histórica do fascismo italiano. Contudo, é não-dialético tomar um caso concreto e específico e derivar dele uma definição de uma categoria. Gramsci, a partir de sua decepção e desilusão pessoal, confunde “crise” com “não efetivação de uma revolução proletária com a ascensão do fascismo”, deixando de lado as várias formas de crise, a tentativa de revolução proletária na Itália, etc. Isso remete ao caráter não-dialético do pensamento de Gramsci (Viana, 2020).

definição de crise capitalista, ela seria inútil, já que tais elementos são típicos da sociedade capitalista e a crise seria ininterrupta e assim o termo perderia sentido. Uma “crise permanente” não é uma crise e sim uma característica do fenômeno. No máximo, seria uma vicissitude. Aqui se revela um limite de racionalidade que se torna um obstáculo para a compreensão da realidade.

A categoria crise, em nossa concepção, remete a um processo de dificuldade radical de reprodução de algum ser ou fenômeno. Essa dificuldade radical significa que atinge suas raízes, sua essência, ameaçando efetivamente sua existência. Nesse sentido, a sua abstração é elevada, como são todas as categorias. Porém, quando ela se encontra com a concreticidade de um ser ou fenômeno, ela pode se tornar um conceito (ou um construto). Isso significa que descartamos os usos comuns e os usos equivocados do termo, pois estes aumentam a dificuldade de compreensão, seja da categoria, seja dos conceitos correlatos.

O nosso foco é mais específico: a crise dos regimes de acumulação, que se relaciona, por sua vez, com a crise do capitalismo. No caso dos regimes de acumulação, é preciso distinguir entre desestabilização e crise. Os regimes de acumulação surgem e conseguem, após um certo tempo, manter uma estabilidade econômica e política e um curso ascendente de acumulação, sendo que, nesse último caso, a “estabilidade” não significa estagnação e sim reprodução ampliada de capital. Porém, a estabilidade, após um certo período, que pode ser dez, quinze ou vinte anos, por exemplo, começa a sofrer seus primeiros impactos negativos, crises localizadas, crises financeiras, entre outros processos⁹.

Nos momentos de estabilidade de um regime de acumulação, ele reina absoluto e parece eterno, surgindo inclusive ideologias para afirmar isso, como foi o caso do livro de Rostow, *As Etapas do Desenvolvimento Econômico* (1974), pregando a perenidade do regime de acumulação conjugado, e o livro de Francis Fukuyama, *O Fim da História* (1992), afirmando a eternidade do regime de acumulação integral. O enfraquecimento é

⁹ Note-se que “crises localizadas” se refere a elementos do capitalismo, como crises que ocorrem em países específicos por motivos igualmente específicos, e crises financeiras remetem para um setor do processo de reprodução do capital. Não se trata, obviamente, de crise de regime de acumulação e muito menos de crise do capitalismo. Por isso é fundamental distinguir “crises no capitalismo” e “crise do capitalismo” (Viana, 2014).

quando a estabilidade começa a conviver com processos contraditórios mais fortes, o reinado absoluto já começa a ter concorrentes e divisões internas, uma oposição começa a emergir, lutas sociais reaparecem com mais força, mesmo que de forma localizada, problemas emergem no setor financeiro, entre outros aspectos. A desestabilização ocorre quando se inicia um processo mais duradouro de declínio da taxa de lucro e/ou iniciam-se lutas operárias generalizadas, com todas as suas consequências. No primeiro caso, temos uma contradição básica do movimento do capital e, no segundo, uma reação operária diante das condições de exploração existentes, embora, elas possam ocorrer simultaneamente. Na maioria das vezes, as dificuldades do processo de acumulação antecipa as lutas operárias, que tende a ser uma reação às suas consequências.

A desestabilização gera dificuldades para a reprodução ampliada do capital e a manutenção do seu curso ascendente. Ela pode ser, no entanto, superada, pois é possível retomar o curso ascendente de acumulação através de ações empresariais e estatais diversas, entre outras. Uma crise também pode ocorrer, mas se for superada, ela será “inicial”, embora as crises sejam mais difíceis de superação e volta para uma estabilidade. A crise final só pode ser assim identificada quando ela termina e significa o fim do regime de acumulação ou do capitalismo, pois não há como, com certeza, prever se haverá reação do capital e superação da crise ou não. Claro que pode ser uma crise final do regime de acumulação, gerando outro regime. Isso difere de uma crise final do capitalismo, pois este muda, mas persiste.

Em síntese, a desestabilização de um regime de acumulação significa que diversos problemas e dificuldades emergem, anunciando processos que precisam ser contidos ou alterados pelo capital e pelo Estado. Uma crise já aponta para uma dificuldade radical de reprodução do regime de acumulação, e assim o problema é muito mais grave e pode significar a sua superação se as medidas e soluções não foram suficientes para contê-la.

Antes de encerrar é necessário mais alguns esclarecimentos. O primeiro esclarecimento é o de que existem diversos outros aspectos que não foram contemplados aqui. Um deles é a diferenciação necessária entre crise do regime de acumulação, que é mundial, e crises nacionais. Uma crise nacional pode ser o sinal, ponto de partida, ou mesmo um detonador de um processo mundial, dependendo do país e sua importância na divisão internacional do trabalho e capitalismo mundial, ou pode ser algo mais específico,

cujas consequências podem ser menos influentes na dinâmica internacional. Se em 1962 o Brasil teve problemas no processo de acumulação, ou se a Hungria teve problemas em 1956, isso não significou uma crise do regime de acumulação conjugado e sim crises localizadas e nacionais em parte derivado da posição destes países no capitalismo mundial (e, no caso húngaro, no bloco capitalista estatal) e questões nacionais específicas. Outras questões como estas poderiam ser discutidas, mas necessitaria obra mais extensa para tal.

Outro aspecto não contemplado e que podemos tão somente fazer uma breve referência é a relação entre crise no regime de acumulação e crise do regime de acumulação. Uma crise no regime de acumulação significa que, no seu interior, podem ocorrer várias crises (financeiras, nacionais, políticas, etc.). A crise financeira na Tailândia em 1997 foi nacional com repercussão internacional, mas não foi uma crise do regime de acumulação integral e sim no seu interior. A crise no México nos anos 1990 foi uma crise nacional e não do regime de acumulação. Sem dúvida, o México, um país de capitalismo subordinado, enfrentou uma crise derivada da ação do hiperimperialismo norte-americano via NAFTA (North American Free Trade Agreement – Acordo de livre-comércio da América do Norte), mas isso era consequência da dinâmica do regime de acumulação integral subordinado nesse contexto específico.

Um outro esclarecimento é necessário para evitar interpretações apressadas e equivocadas. É preciso enfatizar que a sucessão dos regimes de acumulação, seus ciclos e processos derivados não são “leis” e sim tendências. Essas tendências se concretizaram nos regimes de acumulação anteriores e tendem a se concretizar novamente no regime de acumulação integral. A diferença entre “lei” e “tendência” reside no fato de que a primeira é entendida de forma determinista e como algo “inevitável”, enquanto que a tendência expressa a possibilidade de algo ocorrer e um conjunto de determinações que apontam para sua efetivação, mas não desconsidera outras determinações e contratendências que podem prorrogar, atrasar ou redirecionar os acontecimentos. A tendência é algo que tem diversas determinações no presente a seu favor e por isso é algo não apenas possível, mas provável. Contudo, acontecimentos imprevistos, contratendências, radicalização de outras tendências existentes, podem impedir, atrasar, acelerar ou desencadear imediatamente sua concretização.

Essas reflexões ajudam a ter uma ideia geral sobre o problema do ciclo de dissolução dos regimes de acumulação e serão o ponto de partida para nossa análise do regime de acumulação integral e seu ciclo de dissolução.

O Ciclo de Dissolução do Regime de Acumulação Integral

Os ciclos do regime de acumulação integral podem ser assim divididos: a) ciclo de constituição (formação: década de 1970 até 1980¹⁰; ascensão e expansão: 1980-1990); b) ciclo de consolidação (fortalecimento e estabilização: 1990-1999); e c) ciclo de dissolução (enfraquecimento: de 2000-2008; desestabilização: 2008 até hoje). O nosso objetivo é analisar o ciclo de dissolução e entender o seu processo e tendências.

Nesse sentido, o ciclo de consolidação se rompeu após dez anos de curso ascendente da acumulação capitalista, gerando o otimismo dos anos 1990 e as ideias do “fim” (da história, do emprego, do Estado-Nação, etc.), do triunfo do neoliberalismo (como “pensamento único”) e da “inevitabilidade da globalização”. Apesar da estabilidade, as contradições não deixavam de existir. Essas contradições anunciavam o subciclo de enfraquecimento. Em 1996, como consequência do avanço do imperialismo norte-americano sobre o México através da NAFTA, houve uma primeira rachadura no edifício do regime de acumulação integral, mas localizado e sem grande repercussão econômica mundial. Em 1997, a crise financeira na Tailândia teve um impacto externo mais forte, mas sem grande ressonância mundial. A crise argentina 1998-2002 (Ferreiro, 2007), que foi uma crise financeira que acabou gerando outras crises internas, e as lutas radicalizadas nesse país ocorreu num momento em que os acontecimentos anteriores e outros processos sociais ocorriam. É nesse contexto que emerge o subciclo de enfraquecimento do regime de acumulação integral. A ilusão da época não se desfez com o processo de início do subciclo de enfraquecimento. Ela apenas perdeu o caráter de

¹⁰ O regime de acumulação integral surge, efetivamente, a partir dos anos 1980. A ascensão de governos neoliberais na Inglaterra (1979), nos Estados Unidos (1981) e na Alemanha (1982), se expandindo paulatinamente para o resto da Europa e depois no mundo inteiro, mostram isso de forma mais clara e cristalina. Alguns elementos que seriam parte da totalidade do regime de acumulação integral já vinham sendo gestados antes, como, por exemplo, o toyotismo no Japão, algumas experiências de privatização, a ênfase repressiva da Comissão Trilateral nos anos 1970, etc. (Viana, 2009). Sem dúvida, o regime de acumulação integral é um todo e não partes isoladas, bem como o neoliberalismo. Por isso é equivocado considerar o regime ditatorial de Augusto Pinochet, no Chile, como “neoliberal”, pois significa pegar apenas um elemento de uma totalidade e julgar que o todo que é o neoliberalismo se manifestava nesse caso.

“pensamento único”, embora ainda reinasse absoluta e apenas alguns setores da sociedade iniciaram um processo de crítica e mobilização. Esses processos ajudaram a formar o contexto que gerou o retorno da contestação social, no qual o questionamento do neoliberalismo (com os neozapatistas mexicanos servindo como uma das fontes de inspiração) e da chamada “globalização” geram propostas alternativas moderadas (e que não ultrapassam o neoliberalismo) e o movimento antiglobalização.

Porém, o processo de desestabilização ocorre a partir de 2008. A crise financeira dos Estados Unidos nesse ano acabou tendo ressonâncias mundiais e o ciclo econômico teve seu processo de desgaste acelerado. A crise financeira em Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha gerou o neoliberalismo discricionário, uma nova forma de neoliberalismo que tem como face mais visível as chamadas “políticas de austeridade”. A recuperação parcial ocorre com o passar do tempo, mas outros países passam a enfrentar dificuldades, tal como o caso brasileiro, especialmente a partir de 2012 e que se amplia nos anos seguintes, até chegar a implantação de algumas políticas de austeridade, a partir de 2016.

Assim, as crises financeiras e outras se sucedem e alguns países se recuperam quando outros adentram em um processo semelhante. Isso cria uma instabilidade política e econômica e ameaça a se generalizar a nível mundial. Porém, esses são processos de desestabilização do regime de acumulação integral e não uma crise do mesmo. A desestabilização, no entanto, abre a possibilidade de desencadeamento de uma crise. E não apenas gera a possibilidade, mas cria condições mais favoráveis e que tornam a eclosão de uma crise uma tendência. Isso fica ainda mais intenso com o passar do tempo. A situação mundial recente, com a pandemia do coronavírus, agravou ainda mais a desestabilização e isso foi ainda reforçado pela guerra da Rússia e Ucrânia, devido as medidas tomadas pelos governos e consequências econômicas disso, sendo que diversos países foram atingidos por esse processo. Assim, a desestabilização acompanhada por estes dois acontecimentos tornam mais forte uma tendência para a crise do regime de acumulação integral.

As previsões do FMI – Fundo Monetário Internacional, entre outras instituições, intelectuais e meios de comunicação, é que haverá uma forte crise econômica mundial a partir de 2023. Além disso, existem previsões sobre crises em países específicos, como nos Estados Unidos, China, Inglaterra, Espanha, Canadá, entre outros. Tendo em vista

que a situação econômica em diversos países já é difícil, uma crise que atinja as grandes potências (Estados Unidos e China) e outros países imperialistas, tende a gerar uma crise mundial. O aumento da inflação e do desemprego já é uma realidade e tende a se aprofundar. As previsões sobre o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto são pessimistas para diversos países. Em síntese, a previsão é de que a situação econômica mundial se deteriore e isso pode significar uma crise do regime de acumulação integral. Não custa recordar que toda crise de um regime de acumulação pode se tornar uma crise do capitalismo. As projeções para o crescimento do FMI apontam para o declínio em relação aos anos anteriores:

Quadro 01: Projeções de Crescimento Econômico para 2023



Fonte: FMI, 2022.

O que apresentamos até aqui foi uma descrição da desestabilização e tendência para uma crise do regime de acumulação integral. Para explicar esse processo é necessário retomar a razão das crises de um regime de acumulação. O processo histórico dos regimes de acumulação anteriores apontam para a tendência de repetição, bem como a evolução do regime de acumulação integral mostra que ela vem se efetivando. Contudo, é necessário explicar as determinações por detrás desse processo, o que, a princípio, significa explicar a tendência geral de dissolução dos regimes de acumulação e as possibilidades postas a partir de sua crise.

O processo de crise de um regime de acumulação acompanha a dinâmica do movimento do capital. O modo de produção capitalista se fundamenta no processo de produção e extração de mais-valor, o que gera a acumulação de capital. Esse processo, analisado exaustivamente por Marx (1988), é fundamental para explicar as crises no

capitalismo. São as consequências da produção de mais-valor e da acumulação de capital que explicam as crises no capitalismo. Marx encontrou a raiz das crises na tendência declinante da taxa de lucro¹¹. Essa é uma tendência que acompanha a produção capitalista e se caracteriza pelo aumento da composição orgânica do capital.

Por que a taxa média de lucro tem que, necessariamente, cair a longo prazo? Porque – disse Marx – o resultado do processo de acumulação de capital é o aumento da composição orgânica do capital. Esta última é a relação que existe entre o valor (ou seja, a quantidade de trabalho social) utilizado na produção de meios de produção, matérias-primas e outros objetos de trabalho (ou seja, o capital constante) e o valor utilizado para a reprodução da força de trabalho empregada no processo de produção (ou seja, o capital variável). Frequentemente, Marx define a composição orgânica do capital como a relação entre o “trabalho morto” (máquinas, edifícios, matérias-primas, etc.) e o “trabalho vivo” (os operários). É importante levar em conta que esta relação está definida em termos de valor, e tem que distinguir-se claramente da composição técnica do capital, ou seja, da relação entre meios de produção físicos e massa de operários que participam do processo de produção dirigido pelo capital (Castells, 1979, p. 26-27).

A composição orgânica do capital tende a crescer com o desenvolvimento capitalista e, por conseguinte, aumentar o peso do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, o que leva à queda da taxa de lucro (Marx, 1988). Os custos com capital e trabalho improdutivos também contribuem com esse processo. O processo de acumulação capitalista acaba se tornando um processo de curso ascendente da acumulação que, ao chegar a um determinado patamar, promove um curso descendente. Quando esse curso descendente se torna longo e/ou agudo e gera reações da população, inaugura-se um momento de crise, que produz uma reação do capital no sentido de promover uma reconfiguração ou transformação do regime de acumulação visando a retomada do curso ascendente da acumulação. Esse processo tende a se repetir, embora fique cada vez mais difícil efetivar a retomada do curso ascendente da acumulação, pois isso pressupõe um grau maior de exploração. Assim, a cada regime de acumulação, a reprodução do modo de produção capitalista fica mais difícil (Viana, 2009).

¹¹ Aqui entendida no sentido de crises no capitalismo que pode se transformar em crise do próprio modo de produção capitalista.

Os regimes de acumulação são a forma pela qual o capital efetiva sua reprodução e garante a acumulação de capital. Quando um regime de acumulação se esgota, o capital busca constituir outro em sua substituição. A crise do regime de acumulação extensivo durou muitos anos e no seu interior foi sendo gestado o regime de acumulação intensivo. Este, por sua vez, ao se esgotar, lançou as sementes do regime de acumulação conjugado, tal como foi colocado anteriormente. Porém, a duração do regime de acumulação intensivo foi bem maior do que a do regime de acumulação conjugado. Se colocarmos como marco do nascimento do regime de acumulação intensivo o ano de 1872, logo após a Comuna de Paris, observa-se que demorou 42 anos para ele ter uma crise inicial (que pode ser identificada pela Primeira Guerra Mundial e pelas tentativas de revoluções proletárias na Rússia, Alemanha, Hungria e Itália) e conseguiu ainda sobreviver por mais uns dez anos em alguns países para ser ultrapassado (Alemanha, Itália) e uns trinta anos em outros, sendo que sua crise final foi em 1945.

A Segunda Guerra Mundial promoveu uma destruição em massa de forças produtivas. Os países europeus foram devastados, tanto no seu lado ocidental quanto no oriental, bem como diversos outros países tiveram muitas perdas. Essa destruição de capital constante permitiu, por sua vez, a retomada do curso ascendente da acumulação de capital. A reconstrução da Europa alavancou a acumulação capitalista mundial.

O regime de acumulação conjugado, por sua vez, teve uma duração muito mais curta. O seu surgimento foi mais abrupto devido ao fato de suceder uma guerra mundial. Em 20 anos de existência ele já começou seu processo de desestabilização e no final dos anos 1960 entra em crise, com a radicalização das lutas operárias e estudantis. A crise do Petróleo de 1974, a Revolução dos Cravos em Portugal nesse mesmo ano, o processo inflacionário galopante, aprofundaram sua crise. Com sua crise, nasce o regime de acumulação integral. Esse aumentou a exploração interna nos países capitalistas imperialistas, que foram poupados no regime de acumulação anterior para garantir a estabilidade política e econômica, combinado com um aumento da exploração internacional. O regime de acumulação integral está conseguindo uma duração mais longa, mas encontra problemas crescentes no seu caminho.

O que esses acontecimentos revelam é que a cada regime de acumulação a reprodução do capitalismo fica mais difícil e penosa. Do “Estado de Bem-Estar Social”

se passou para o Estado Neoliberal, as políticas sociais diminuíram e novas formas de integração emergiram (novas formas de cooptação, responsabilização da sociedade civil, política de identidades, etc.). Além disso, a sucessão de regimes de acumulação mostra um processo cíclico, de estabilidade, enfraquecimento, desestabilização, crise e assim sucessivamente. Eles revelam também que existe uma tendência declinante da taxa de lucro. Porém, a apresentação de “evidências empíricas” desse processo é muito difícil. Como bem colocou Castells (1979), não existem informações para possibilitar uma demonstração da queda da taxa de lucro. E por qual motivo não existem tais informações? Esse mesmo autor explica isso pela “falta de adequação entre a informação estatística existente e os conceitos marxistas” (Castells, 1979, p. 45).

A causa desta inadequação está no fato de que a teoria trata com valores, enquanto que as estatísticas apresentam a evolução dos preços e/ou das quantidades físicas, já que os cálculos necessários para medir o “tempo de trabalho social médio”, em termos dos diferentes elementos do capital, são difíceis de serem realizados. Neste sentido, a polêmica sobre as crises é um bom exemplo do círculo vicioso existente no marco estabelecido pelas ciências sociais. Tendo em vista a existência de uma determinação social de certas categorias teóricas (as da teoria econômica neoclássica, por exemplo), a informação é recolhida pelas instituições segundo uma lógica social determinada, dificilmente compatível com os pressupostos das teorias alternativas. Para os marxistas é realmente difícil preencher a lacuna que existe entre ambos os códigos, devido ao enorme trabalho que essa tarefa implica e à falta de apoio institucional para esse tipo de pesquisa (Castells, 1979, p. 46).

Essa dificuldade já foi percebida no caso de outros fenômenos pesquisados, pois as informações estatísticas obtidas são predeterminadas pelas ideologias e métodos que estão na base de sua produção¹². Porém, Castells acaba deixando de lado alguns aspectos. Na verdade, em alguns casos, é praticamente impossível transformar as informações estatísticas existentes em material informativo válido e, por conseguinte, adequado a uma análise marxista. Uma pesquisa institucional sobre classes sociais que usam a renda como

¹² Esse é o caso de pesquisas sobre raça, pois as informações estatísticas partem de um pressuposto ideológico e quem tem concepção distinta tem dificuldade ou fica impossibilitado de trabalhar com elas, o que depende do caso e do grau de compatibilidade/incompatibilidade entre os pressupostos da pesquisa e os do analista. Existem várias concepções a respeito do conceito e significado de raça e sobre a quantidade de raças existentes e a pesquisa parte de uma determinada concepção, o que se torna diferente ou incompatível com outras. Para citar um exemplo de incompatibilidade, basta recordar as teses sobre a inexistência de raças, o que tornaria tais informações estatísticas inúteis. Uma análise sobre isso pode ser vista em Viana (2023).

critério classificatório, não permite uma análise marxista, pois seu conceito é radicalmente diferente. O que se pode fazer, nesse caso, é uma aproximação: as classes com menor renda são geralmente as classes inferiores, como o proletariado, o lumpemproletariado, o campesinato, e as classes com maior renda são as superiores, como a burguesia e os extratos superiores da burocracia e intelectualidade¹³, por exemplo.

Porém, não é possível, usando essas informações estatísticas, discutir o crescimento ou diminuição da burocracia, ou então do proletariado. Quando existem informações mais delimitadas, como, por exemplo, sobre “trabalhadores industriais”, há a possibilidade de maior aproximação, mas, mesmo assim, não se pode pensar que se trata do proletariado, pois depende de quem foi incluído na pesquisa como “trabalhador industrial” (todos que trabalham na indústria? Incluindo subalternos que são responsáveis pela limpeza e segurança e burocratas que são responsáveis pela gestão?) e isso não abarca a totalidade do proletariado (seria necessário acrescentar os operários da construção civil, das minas, agrícolas).

Esse obstáculo dificulta o uso de um material informativo que demonstre a queda da taxa de lucro. Contudo, alguns autores tentaram e conseguiram trabalhar com tais informações estatísticas apontando a queda da taxa de lucro (Mattick, 2010; Castells, 1979) e outros apresentaram informações estatísticas sobre taxa de lucro e taxa de acumulação (Harvey, 1992)¹⁴. Esses autores fizeram isso tratando do caso do regime de acumulação conjugado, depois de sua crise e início de transição para o regime de acumulação integral. No caso desse último, existem alguns autores que buscam alternativas e tentam analisar a evolução da taxa de lucro. Alguns buscam se fundamentar na análise da decomposição de Weisskopf (Graziotin; Fornari; Marquetti, 2022) e outros na “economia política das contas nacionais”, de Shaikh e Tonak (2019). Os integrantes da chamada “escola das estruturas sociais da acumulação” (Filho, 2022) estão entre os que mais se dedicaram a essa tentativa. No fundo, essas tentativas acabam reproduzindo,

¹³ E nesses dois últimos casos, são “extratos” e não a classe em si, pois os seus extratos inferiores podem ter salários próximos aos de alguns extratos do proletariado e outras classes. Sobre a teoria marxista das classes sociais é útil consultar Marx e Engels (1982), Viana (2018).

¹⁴ Harvey (1992) informa que retirou essas informações de outros autores e que eles identificaram a taxa de lucro a partir da porcentagem de custo de substituição de estoque de capital e porcentagem da renda nacional dos Estados Unidos.

sob outra forma, as tentativas de alguns autores dos anos 1960-1970, retomados por Mattick (2010), Castells (1979) e Harvey (1992), que buscaram usar informações estatísticas disponíveis a partir de uma aproximação com os conceitos da teoria marxista. Sem dúvida, os resultados, assim como no primeiro caso, são razoáveis (apesar de imprecisos) e por isso podem ser utilizados, tal como faremos aqui.

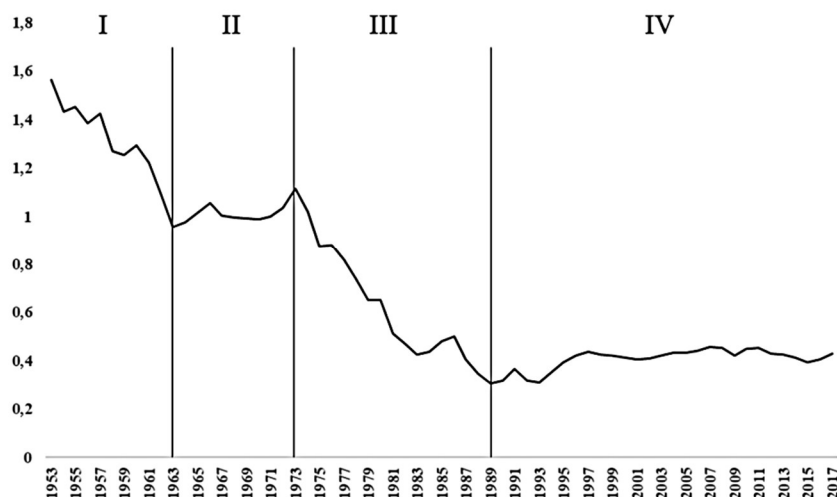
Contudo, é necessário efetivar uma crítica a Castells e a todas essas tentativas. Num primeiro momento, é preciso ressaltar a ideia não-dialética da necessidade de “evidências empíricas” (mesmo que a palavra tenha sido retirada de uma carta de Marx para Engels, pois não se trata de conceito e sim do uso de um termo conjuntural no discurso deste pensador). A concepção de realidade da episteme marxista é distinta das concepções ideológicas que tomam o real como sendo o empírico. A base das informações estatísticas é justamente uma concepção de realidade como sendo o empírico e isso, além das fontes ideológicas concretas de cada pesquisa, promove uma incompatibilidade de base entre elas e o marxismo. Isso significa dizer que a incompatibilidade é mais radical do que o que aponta Castells (1979).

A consequência disso é que a abordagem marxista da tendência declinante da taxa de lucro requer outros tipos de informações, sendo que as estatísticas, podem fazer parte delas, mas não podem ser a única fonte para conclusões e análises. O peso do capital improdutivo, por exemplo, não entra em algumas informações estatísticas e assim um dos elementos explicativos fica de fora. A tentativa desses autores em usar as informações estatísticas para comprovar a tendência declinante da taxa de lucro é louvável, mas padece de muitos limites, embora traga como resultado alguns indícios que podem ser utilizados para analisar o processo evolutivo da taxa de lucro.

A taxa de lucro pode ser analisada numa empresa isolada, num conjunto de empresas (por ramo de produção, região espacial, Estado-Nação, etc.), ou a nível mundial. Existe uma maior facilidade em identificar a evolução da taxa de lucro numa empresa capitalista determinada. A taxa de lucro média no interior de um Estado-nação ganha importância explicativa do processo econômico e político nacional e internacional. Por outro lado, a evolução da taxa de lucro a nível mundial, levando em conta as diferenças nacionais, permite entender o processo de tendência declinante nesse âmbito.

Para analisar essa manifestação da tendência declinante da taxa de lucro usaremos algumas informações estatísticas, já adaptadas – reconhecendo os limites de tais adaptações – por determinados autores. Podemos usar, inicialmente, algumas informações estatísticas sobre o caso brasileiro.

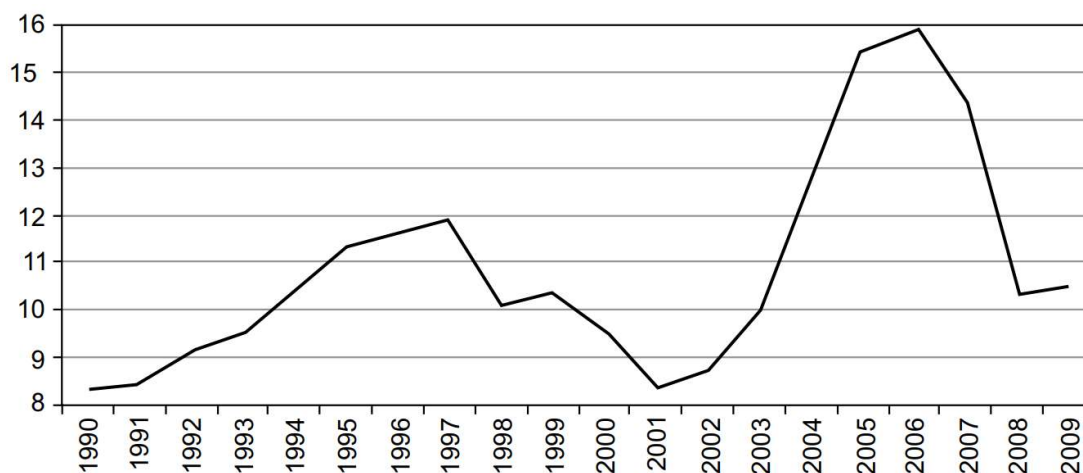
Gráfico 01: Evolução da Taxa de Lucro no Brasil (1953-2017)



Fonte: Grazziotin; Fornari; Marquetti, 2022.

No gráfico acima é possível perceber um processo de declínio da taxa de lucro desde 1953, com alguns momentos de recuperação. É visível a queda em 1963 e uma relativa recuperação nos anos posteriores e nova diminuição, atingindo um auge em 1973 e daí em diante em queda constante, com uma breve retomada nos anos 1990 e um pequeno declínio a partir de 2009, com um modesta retomada em 2017, quando se tornam mais rígidas as políticas de austeridade do Governo Michel Temer. Sem dúvida, o golpe militar de 1964 significou um acompanhamento da tendência mundial de necessidade de aumento da taxa de exploração, visando desarticular o movimento operário brasileiro, que haviam ampliado suas reivindicações e movimento grevista a partir de 1962 (Viana, 2004). A evolução da taxa de lucro no Brasil mostra um declínio quase constante, como períodos em que o curso ascendente da taxa de lucro tem determinado aumento em relação ao momento antecedente. Nos anos 1990 há uma relativa melhora com a instauração do regime de acumulação integral subordinado no Brasil, especialmente através das políticas neoliberais. Observemos agora o caso nos Estados Unidos:

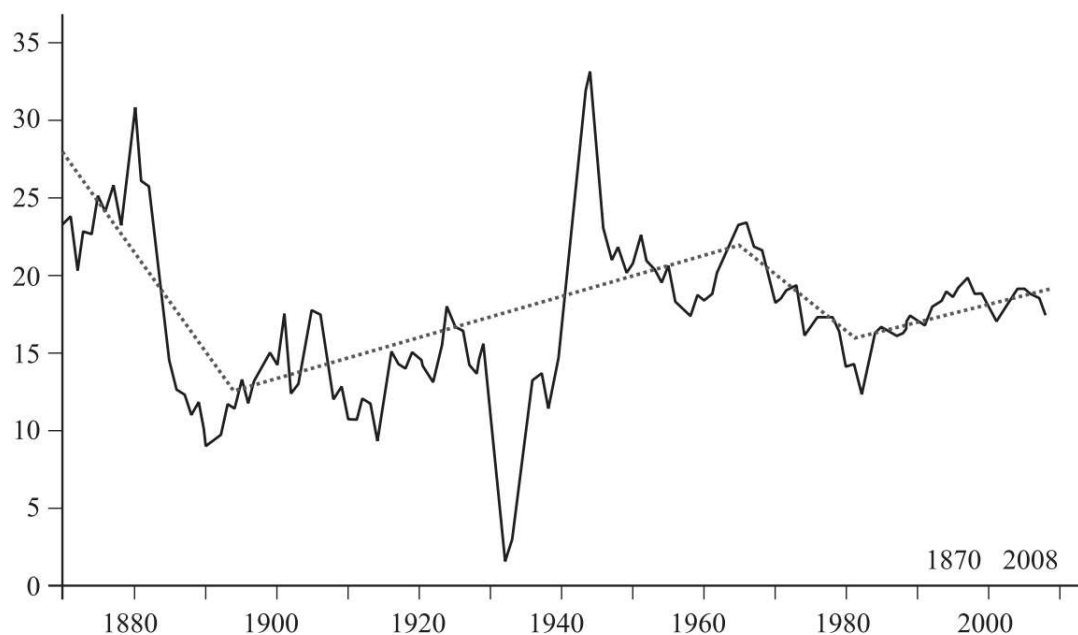
Gráfico 02: Evolução da Taxa de Lucro nos EUA (1990-2009)



Fonte: Dathein, 2011.

A evolução da taxa de lucro, a partir dos anos 1980 (que não aparece no gráfico, mas mostraremos outro em que isso aparece, ganha um curso ascendente, com altos e baixos, mas numa situação melhor do que o período de decréscimo maior (final dos anos 1970). A partir do final os anos 1990 há uma queda que se amplia no início dos anos 2000 e se retoma o curso ascendente nos anos posteriores até a crise financeira de 2008. Abaixo temos uma evolução mais longa da taxa de lucro nos Estados Unidos:

Gráfico 03: Evolução da Taxa de Lucro nos EUA (1870-2008)

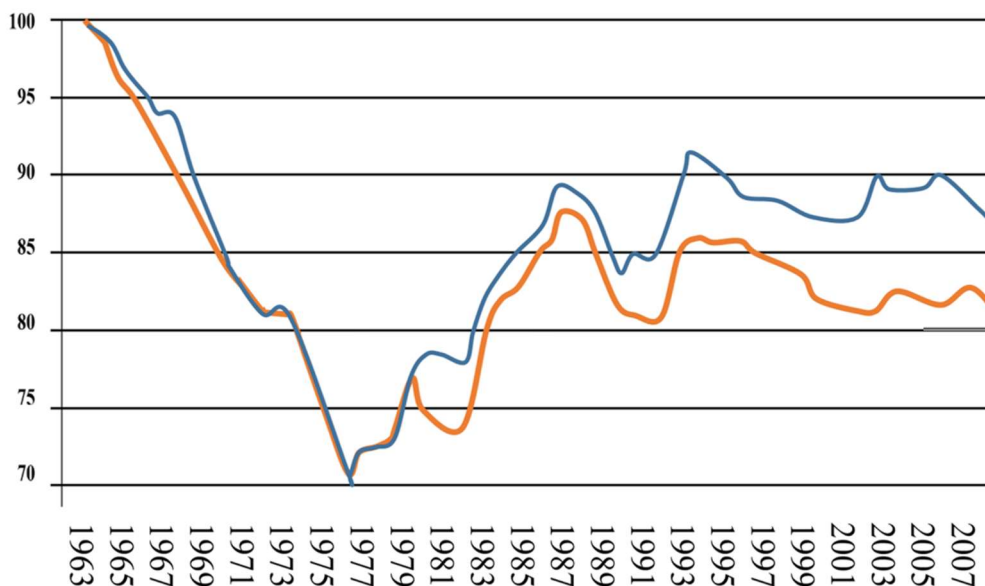


Fonte: Valada, Pergher, 2016.

A partir dessa evolução da taxa de lucro nos Estados Unidos, por um longo período, que vai do regime de acumulação intensivo até o integral, é possível perceber que as crises do capitalismo que apontamos anteriormente coincidem com as épocas de curso descendente da acumulação capitalista nesse país e que a instauração ou consolidação de regime de acumulação gera um processo de curso ascendente, com destaque para o caso do regime de acumulação conjugado, sendo que a Segunda Guerra Mundial deu um forte impulso que teve sequência e decréscimo posteriormente, gerando uma nova ascensão após as derrotas do movimento operário e estudantil no final dos anos 1960. No caso do regime de acumulação integral, observa-se um processo de curso ascendente da taxa de lucro a partir de meados dos anos 1980, quando os efeitos do neoliberalismo e do novo regime de acumulação se fazem sentir, bem como os processos posteriores já comentados.

Esses elementos apontam para algo bem específico. No processo geral de desenvolvimento capitalista, nos Estados Unidos, há um decréscimo da taxa de lucro, bem como no caso brasileiro, apesar das diferenças explicadas pelas especificidades nacionais. A evolução mundial da taxa de lucro aponta para uma dinâmica semelhante, tanto a nível mundial quanto no caso específico do G7¹⁵:

Gráfico 04: Evolução da Taxa de Lucro no mundo e no G7 (1963-2007)

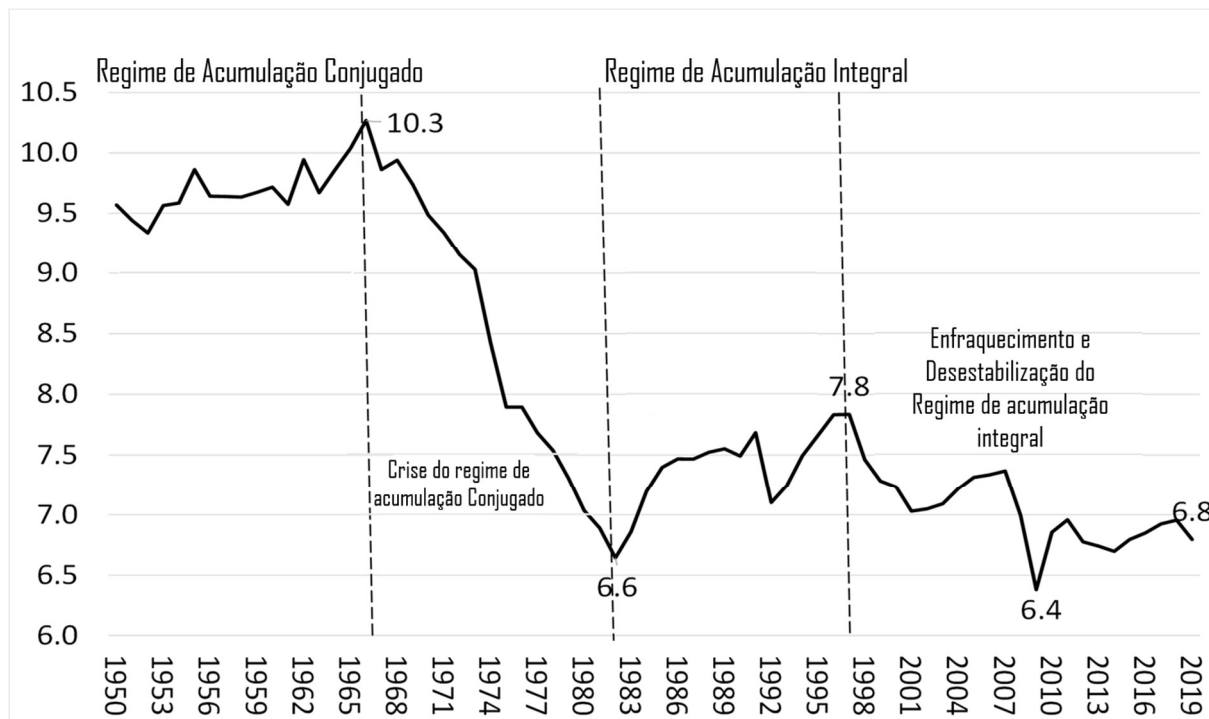


Fonte: Roberts, 2023.

¹⁵ O G7 é formado por Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Japão e Canadá.

A mesma tendência ocorre no caso do G20¹⁶, tal como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 05: Evolução da Taxa de Lucro no G20 (1950-2019)



Fonte: adaptado de Roberts, 2023.

Assim, por mais que sejam imprecisas e limitadas as informações estatísticas sobre a evolução da taxa de lucro, elas fornecem uma percepção geral do processo da acumulação capitalista e mostra que seus momentos de queda mais acentuada coincide com as crises e a passagem de um regime de acumulação para outro, tal como se vê nos gráficos 04 e 05. No caso do regime de acumulação integral, a sua instauração vem depois de uma crise do regime de acumulação conjugado e promove uma elevação das taxas de lucro e sofre revezes tal como já apontado anteriormente. Informações estatísticas mais recentes mostram que as coisas pioraram muito nos últimos anos, sendo agravadas pela pandemia do coronavírus, com uma queda ainda mais intensa no ano de 2022 e uma previsão de que a situação vai piorar muito a partir de 2023.

¹⁶ O G20 é formado pelo G8 (ex-G7, com a inclusão da Rússia) e 11 países denominados “emergentes” (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México e Turquia).

A análise dessas informações estatísticas pode gerar algumas questões sobre o desenvolvimento capitalista. Observando o gráfico 04 é possível questionar se a partir de 1991 não houve uma “crise” do regime de acumulação integral, ou, então, uma desestabilização. Observando o gráfico 02, seria possível perguntar se não houve uma “crise” do regime de acumulação integral nos Estados Unidos a partir de 2001 ou, a partir do gráfico 01, se tal “crise” não ocorreu em 1993.

A resposta é negativa para todos esses casos. Em relação ao caso norte-americano e brasileiro, é preciso recordar que os regimes de acumulação não são meramente “nacionais”, são geralmente de blocos de países ou mundiais, dependendo do contexto histórico, e por isso não pode entrar em crise em um ou poucos países (a não ser em casos raros, que seria uma crise do regime de acumulação num país com força suficiente para ele alterar isoladamente o seu, o que nunca aconteceu historicamente, pois quando emergiu o regime de acumulação estatal ou bélico, já era num contexto de crise do regime de acumulação intensivo). Uma crise nacional pode iniciar uma crise no (ou do) regime de acumulação devido suas consequências ou pode ser seu sintoma (um país em condições mais frágeis que acaba manifestando antes dos demais países os seus limites), mas não ser uma crise dele.

É preciso contextualizar cada caso. No início dos anos 1990, no Brasil, se iniciava os primeiros governos neoliberais (o governo Collor, de curta duração, por causa do *impeachment*; o governo Itamar Franco, a partir do qual as políticas neoliberais começam a surtir mais efeito e se ampliam com o governo Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos). Em 1991, mesmo que tenha havido uma queda da taxa de lucro a nível mundial, isso, por isso só, não gera uma crise do regime de acumulação¹⁷, embora seja um elemento fundamental e que, se não houver alterações e mudança de rota, tende a gerar isso. Mas isso depende de sua durabilidade e intensidade (uma catástrofe natural que atinge um país, por exemplo, pode gerar problemas para este e outros países, afetando

¹⁷ A respeito de uma possível desestabilização nesse momento, devido à queda da taxa de lucro nesse período, a resposta também é negativa, pois era um momento de consolidação do regime de acumulação integral e as informações estatísticas sobre os Estados Unidos mostra um curso ascendente de acumulação, além de sua curta duração. O que explica o declínio mundial é que em alguns países (América latina e outras regiões do mundo), houve uma forte queda, como no caso brasileiro, que estavam iniciando suas políticas neoliberais. Em pouco tempo houve uma retomada a patamares superiores aos que haviam antes.

a taxa de lucro, mas é algo externo à tendência declinante e pode ser superado em seguida).

Uma crise de um regime de acumulação não ocorre apenas com a queda da taxa de lucro, pois é necessário que haja uma reação do movimento operário para que isso ocorra. E, geralmente, a reação é posterior. No caso dos anos 1960, alguns elementos emergiram, mas uma reação mais forte só ocorreu alguns anos após início do declínio da taxa de lucro e com seu agravamento. E isso ocorre não apenas pelo motivo de que uma ascensão do movimento operário significa instabilidade política, radicalização, ampliação do pensamento crítico, etc., mas também por ser outro obstáculo para o aumento da taxa de lucro, já que a organização e mobilização dos trabalhadores criam uma dificuldade em aumentar a taxa de exploração.

Além disso, existem as contratendências que, atuando com relativa rapidez e tendo eficácia, podem promover uma retomada do curso ascendente de acumulação e, assim, os efeitos da queda da taxa de lucro acabam sendo menores e de duração mais curta. Nesse aspecto, as políticas estatais são fundamentais para que isso ocorra efetivamente.

O que as informações estatísticas mostram é um declínio histórico da taxa de lucro a nível mundial, com pequenas retomadas do curso ascendente, mas que não significam uma volta ao patamar anterior. Isso pode promover a ilusão de que o capitalismo está em crise desde 1880. No fundo, seria, como já foi dito, um uso impreciso do termo “crise”. A tendência normal de declínio da taxa de lucro se realiza, mas as contratendências impedem que ela se grave, possibilitando uma revolução social. Os regimes de acumulação são o elemento chave para compreender as contratendências. Por isso, afirmar que existe uma continuidade da “crise” desde os anos 1960-1970, por causa do declínio da taxa de lucro¹⁸, que nunca voltaram ao patamar anterior (o gráfico 03 mostra a queda da taxa de lucros desde 1880 nos EUA, que é o país exemplar para expressar o caso mundial), é uma análise não dialética, pois é reducionista e se limita apenas à questão da taxa de lucro (deixando de lado a luta operária) e assim seu processo

¹⁸ “Muitos seguidores da abordagem da estrutura social de acumulação veem a condição atual do capitalismo mundial como uma continuação da estagnação que começou no final dos anos 1960 ou começo dos anos 1970” (Kotz; McDonough; Reich, 1994, apud. Bento; Filho, 2018, p. 38).

evolutivo explicaria tudo, o que faz perder de vista também as contratendências, especialmente os regimes de acumulação e sua capacidade de garantir, mesmo em condições cada vez mais adversas, a reprodução do capitalismo.

Considerações Finais

Em síntese, o regime de acumulação integral vem encontrando dificuldades crescentes de reprodução, com um peso cada vez maior do capital e trabalho improdutivos, desenvolvimento tecnológico acelerado, entre outros processos que contribuem com o declínio da taxa de lucro. Nesse contexto, vem ocorrendo um processo de desestabilização, embora ainda moderado, pois o crescimento do pensamento crítico e da mobilização dos trabalhadores é restrito, ocorrendo de forma mais ampla em determinados momentos e localidades. As políticas estatais, o aumento da exploração (que assume várias formas, tal como as reformas trabalhistas, que diminuem os custos da força de trabalho) e outras ações, bem como a poderosa hegemonia do paradigma subjetivista¹⁹, com suas ideologias e outros derivados culturais, fazem com que o declínio da taxa de lucro não seja mais grave e que as lutas sociais e, especialmente, do movimento operário, se radicalizem.

Assim, o presente trabalho apresentou uma análise do processo de desestabilização e tendência para crise do regime de acumulação integral. O regime de acumulação integral entrou no seu ciclo de dissolução e hodiernamente busca tentar evitar o aprofundamento da queda da taxa de lucro, o que leva a um processo de maior intervenção estatal (mesmo que as soluções neoliberais do FMI apontem para apenas políticas fiscais e monetárias, pois isso tende a se alterar após a emergência efetiva da crise), sob forma cada vez mais autocrática, aumento da exploração dos trabalhadores, precarização ainda maior no âmbito geral da sociedade, agravamentos dos problemas sociais (fome, desemprego, etc.), bem como tendência de ampliação e radicalização das lutas operárias.

¹⁹ Não será possível aqui discutir o aspecto cultural de todo esse processo, o processo de mutação do paradigma hegemônico a cada regime de acumulação, e o significado do atual paradigma hegemônico, o subjetivista, seu vínculo e função conservadora no regime de acumulação integral. Quem tiver interesse nesse processo pode encontrar tal discussão em outra obra (Viana, 2019a).

Isso, entretanto, tem um limite. Porém, é a ação humana, as decisões dos indivíduos, grupos, classes, Estados-nações, que vão decidir o futuro, num contexto tendencial de curso descendente da acumulação, com todas as suas consequências econômicas (aumento de inflação, desemprego, falências, etc.) e políticas (tendência para aumento das lutas operárias e sociais em geral, fortalecimento e aprofundamento do pensamento crítico, etc.).

O capital tentará evitar a crise. Se falhar, buscará aumentar a exploração ainda mais, destruirá forças produtivas, usará regimes autocráticos e até mesmo a guerra, para garantir sua reprodução. O capitalismo de guerra e a criação de inimigos imaginários é uma possibilidade histórica concreta nesse contexto. A opção é buscar sair desse mundo asfíxiante e concentracionário, inaugurando uma nova sociedade no qual ao invés do reino do capital existe o reino dos seres humanos livremente associados.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus de (org.). *O Regime de Acumulação Integral*. Retratos do Capitalismo Contemporâneo. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BENTO, Amanda; FILHO, Marcelo. A análise da escola das estruturas sociais de acumulação sobre a economia dos Estados Unidos entre o pós-guerra e o início do século XXI. *Teoria e Evidência Econômica*. Ano 24, num. 50, jan./jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DATHEIN, Ricardo. Crise Econômica e Taxa de Lucro nos EUA. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, mai./ago., 2011

FALCÃO, Luis Altair Coffi. *Dicionário de Turismo*. Termos Técnicos do meio turístico: Conceitos, Definições, Siglas e Tipologias, Futurismólogo. Disponível em: <<http://futurismologo.blogspot.com.br>> Acesso em: 06/01/2023.

FERREIRO, Roi. *La Lucha de Clases em Argentina. Entre la revolución proletaria y la recuperación burguesa*. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.

FMI. *World Economic Outlook 2022. Countering the Cost-of-Living Crisis*. Washington: FMI, 2022.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAZZIOTIN, Henrique A.; FORNARI, Ana P.; MARQUETTI, Adalmir A. Taxa de Lucro e Acumulação de Capital no Brasil: concepções teóricas, análise histórica e relação de causalidade. *Economia Ensaios, Uberlândia*, vol. 37, num. Especial, Jan., 2022.

HABERMAS, Jürgen. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRSCH, Joachim. *O Problema de Dedução da Forma e da Função do Estado Burguês*. In: REICHELDT, Helmut e outros. *A Teoria do Estado. Materiais Para a Reconstrução da Teoria Marxista do Estado*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1990.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIPIETZ, Alan. *Audácia: Uma Alternativa para o Século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPIETZ, Alan. *Miragens e Milagres*. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MATHIAS, Gilbert; SALAMA, Pierre. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MATTICK, Paul. *Marx e Keynes*. Os Limites da Economia Mista. Lisboa: Antígona, 2010.

NERY, Jonas Teixeira; CARFAN, Ana Cláudia. *Glossário de Termos Técnicos em Meteorologia e Climatologia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ROBERTS, Michael. *A Taxa de Lucro Mundial*. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-taxa-de-lucro-mundial/> acesso em: 08/01/2023.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SHAIKH, Anwar. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 4, num. 01, 1983.

SHAIKH, Anwar; TONAK, Ahmet. Fundamentos teóricos básicos da economia política das contas nacionais. *Vértice*, num. 191, Abril-Maio-Junho/ 2019.

VALADA, Fernanda; PERGHER, Natasha. A Atual Crise sob a ótica da Queda Tendencial da Taxa de Lucro: as contribuições de Shaikh, Dumenil e Levy e Kliman. *Crítica Marxista*, num. 43, 2016.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.

VIANA, Nildo. *Acumulação Capitalista e Golpe de 1964*. *Revista História e Luta de Classes*. Ano 1, Nº 01, 2004.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019a.

VIANA, Nildo. *Inspeção do Trabalho e Trabalho Precoce*. Brasília, UNB, 1999b (Dissertação de Mestrado/Sociologia).

VIANA, Nildo. *Introdução à Crítica da Ideologia Gramsciana*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

VIANA, Nildo. Los ciclos de los regímenes de acumulación, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, enero-marzo 2016.

VIANA, Nildo. O Capitalismo Está em Crise? *Revista Posição*. Vol. 01, num. 02, jul./set. 2014. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/pos/article/view/21/12> acessado em: 30/12/2014.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Políticas de Saúde no Brasil e Discurso Legislativo*. Uma Análise Dialética do Discurso. Rio de Janeiro: Saramago, 2019b.